

# Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio\*

REGINA ABREU\*\*

---

Resumo: É crescente o número de antropólogos que fazem pesquisas no campo do Patrimônio. Do ponto de vista reflexivo, muitos destes pesquisadores têm contribuído com análises acuradas sobre a questão do valor e de suas atribuições no contexto social, uma vez que os bens culturais patrimonializados são aqueles com forte conteúdo simbólico, capazes de expressar e/ou representar nações, regiões, etnias ou grupos sociais. Por outro lado, o fato do campo do Patrimônio constituir-se também enquanto um campo de intervenção social faz com que, em muitos casos, à perspectiva reflexiva dos pesquisadores sejam adicionados outros interesses e demandas. Entre os antropólogos que estudam, refletem e produzem sobre o Patrimônio e os antropólogos que se colocam como agentes ativos do Patrimônio podemos mapear correntes, vertentes e tendências. Nos anos mais recentes, tanto no contexto nacional quanto internacional, estas tensões e/ou conjugações entre atividades reflexivas e práticas vêm ganhando novos contornos com a implementação de uma política voltada para o inventário e registro do chamado Patrimônio Intangível. Particularmente neste campo, os antropólogos vêm ocupando espaço expressivo e sendo instados a formular critérios e metodologias capazes de ampliar a patrimonialização das diferenças culturais. O artigo visa mapear as diferentes posições dos antropólogos no campo do Patrimônio discutindo as tensões e/ou conjugações entre diversas formas de atuação, reflexivas e/ou práticas.

Palavras-chave: patrimônio; antropologia; memória social.

---

## 1 Apresentação

Na última eleição da diretoria da Associação Brasileira de Antropologia, aprovamos em assembléia a criação do Grupo de Trabalho de Patrimônio, ligado à presidência da entidade. Essa resolução expressa não apenas o crescimento de uma área de estudos, mas a repentina abertura de um vasto mercado de trabalho para

antropólogos em um território antes hegemonicamente marcado pela atuação de arquitetos, historiadores e, em menor escala, sociólogos. Temos diante de nós um imenso desafio: como atuar em um campo onde os antropólogos são convocados tanto para atividades reflexivas como para atividades práticas de intervenção, como emitir pareceres relativos a processos de tombamento e registros do patrimônio intangível ou até mesmo formular políticas no interior de organismos estatais?

Com o intuito de traçar algumas estratégias e alertar para os cuidados necessários para dar conta dessas novas demandas, o Grupo de Trabalho de Patrimônio, coordenado por Manuel Ferreira Lima Filho, do Mestrado em Gestão do

---

\* Este artigo foi originalmente apresentado como comunicação no seminário Quando o Campo é o Arquivo, organizado pelo CPDOC/FGV nos dias 25 e 26 de novembro de 2004. Agradeço o convite dos professores Celso Castro e Olívia Gomes, organizadores do evento.

\*\* Professora adjunta de Antropologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: regabreu@ism.com.br

Patrimônio Cultural da Universidade Católica de Goiás, e por mim, que atuo no Mestrado em Memória Social da Unirio, reuniu-se informalmente na última reunião da Anpocs, em Caxambu, em outubro de 2004. A reunião contou com a participação de José Reginaldo Santos Gonçalves, do IFCS-UFRJ; de Maria Eunice Maciel e de Ruben George Oliven, ambos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; de José Guilherme Magnani, do Departamento de Antropologia da USP; de Alexandre Corrêa, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Maranhão; de Julie Cavignac, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Esse pequeno núcleo, formado por antropólogos atuantes no campo do patrimônio, seja com teses defendidas sobre o tema, seja com trabalhos de pesquisa ou incursões diversas na área, elaborou uma primeira lista, com um levantamento de antropólogos pesquisando sobre o tema ou no campo do patrimônio. Chegou-se a algumas dezenas de nomes em universidades e instituições em todo o Brasil, entre eles antropólogos antes associados a outras áreas, como Roque de Barros Laraia, cujos principais trabalhos relacionam-se à etnologia indígena, mas que recentemente se tornou professor do Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural da Universidade Católica de Goiás, ou Gilberto Velho e Luiz Fernando Duarte, ambos do PPGAS-MN/UFRJ, que participaram do Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em diferentes períodos. O nome de maior destaque é o de Antonio Augusto Arantes, doutor pela Unicamp com uma tese sobre patrimônio, que assumiu este ano a presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atuando duplamente como autoridade acadêmica e formulador de políticas.

Quais as razões do crescimento repentino da inserção de antropólogos nessa nova área de trabalho e de estudos? Como os antropólogos vêm atuando nesse setor? O que significa para um antropólogo fazer do patrimônio o seu campo? De que maneiras isso vem se dando?

## 2 A perspectiva reflexiva

### 2.1 Trabalhos produzidos em universidades e centros de pesquisa

Algumas teses e pesquisas sobre o patrimônio elaboradas por antropólogos, que datam dos anos 80, contribuíram para abrir uma nova área de estudos. O trabalho de Antonio Augusto Arantes, *Produzindo o passado*, publicado em 1984, é uma referência nesse sentido. Outra pesquisa importante conduzida por um antropólogo é a de José Reginaldo Santos Gonçalves, intitulada *Retórica da perda – Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, originalmente tese de doutorado defendida no Departamento de Antropologia da Universidade de Virginia, nos Estados Unidos, e publicada em 1996 pela Editora da UFRJ. Ambos os trabalhos são considerados marcos da reflexão antropológica sobre o patrimônio no Brasil. Um tema antes tratado por arquitetos e historiadores passava a ser focalizado sob o viés da antropologia. A tônica destes trabalhos consistiu em apresentar uma visão desnaturalizada de um campo eivado por ideologias e paixões, sobretudo de cunho nacionalista. Arantes e Gonçalves esforçaram-se por propor uma outra leitura de construções discursivas particularmente eficazes na fabricação de uma memória e de uma identidade nacionais. Ao mostrar o quanto essas construções discursivas são datadas na história do Ocidente, e a maneira como elas foram sendo construídas por intermédio de políticas específicas no interior do aparelho de Estado, esses trabalhos abriram nova perspectiva no campo dos estudos de patrimônio. Particularmente o trabalho de Gonçalves iniciou um diálogo importante com antropólogos americanos de linhagem interpretativista como Richard Handler e James Clifford e toda uma área de estudos antropológicos voltada para memória social, museus, práticas de colecionamento e patrimônios. Essas pesquisas problematizaram sobretudo o tema do patrimônio nacional, evidenciando sua relação com o caráter arbitrário das nações modernas como “comunidades imaginadas” (Benedict Anderson, 1989) e a necessidade de construções discursivas e alegorias capazes de expressar certa ilusão de

homogeneidade e coesão para os Estados-nações.

A estratégia de Gonçalves foi analisar duas narrativas centrais na formulação de políticas do patrimônio no Brasil, a de Rodrigo Mello Franco de Andrade – um dos idealizadores e primeiro diretor do Sphan, que inspirou sua política de 1937 a 1979 – e a de Aloísio Magalhães – que esteve à frente do Sphan/Pró-Memória por um curto período, de 1979 a 1983, mas que foi decisivo para sua transformação. Ao tomar o patrimônio como um campo no sentido etnográfico, essas duas pesquisas evidenciaram as estratégias de construção ou de invenção de bens considerados dignos para representar a memória e a identidade nacionais e as justificativas retóricas que passaram a ser introjetadas pelos agentes do patrimônio e pela sociedade brasileira. Alguns conceitos foram especialmente introduzidos, formando um pensamento antropológico sobre o patrimônio, como o conceito de “objetificação cultural” de Richard Handler, quando esse autor sugere a “coisificação” de culturas e tradições em modernos contextos nacionais, ou seja, uma certa tendência em pensar as culturas como coisas, em representá-las com base em determinados bens materiais como edificações, paisagens ou objetos museológicos cuidadosamente escolhidos e retirados de seus contextos originais para serem ressignificados em outros. O patrimônio seria, portanto, o lugar em que agentes estatais especialmente treinados coletariam fragmentos de tradições culturais diversas para reuni-los em um conjunto artificialmente criado voltado para representar a idéia de uma totalidade cultural artificialmente criada expressa pela idéia de nação.

Outro conceito importante, desenvolvido especialmente por James Clifford, em ensaio sobre sistemas de arte e cultura, seria o conceito de “prática de colecionamento”, entendido como uma prática universal, presente em todas as sociedades humanas e relacionada à necessidade vital dos homens em classificar e hierarquizar. A reflexão de Clifford é inspiradora para a pesquisa seminal de Gonçalves, que sinaliza nas construções discursivas estudadas (de Rodrigo Mello Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães) os bens considerados dignos

de colecionamento, com o intuito de formar um mosaico “autenticamente” nacional. O tema da autenticidade é colocado em relevo. Gonçalves, utilizando-se de estratégia etnográfica e tomando os discursos de Rodrigo Mello Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães como os de informantes selecionados, em uma pesquisa de campo produz a relativização dessa categoria fundante das modernas ideologias ocidentais.

O tema do patrimônio emerge assim como um lugar de construção de valores e, como tal, extremamente plástico e variável. O bem cultural “autêntico”, como representação metafórica da totalidade nacional, é desnaturalizado e a sua face ideológica e ficcional, descortinada. Gonçalves está atento para a dimensão literária e provisória de ideologias que procuram se firmar como verdades calcadas em noções positivistas da ciência. Nesse sentido, apóia-se na reflexão de Hayden White acerca dos mecanismos de produção da moderna historiografia e na fixação da idéia presente em toda a história linear de que todas as nações devam obrigatoriamente ter um passado. O patrimônio, em certa modalidade discursiva (no caso a de Rodrigo Mello Franco de Andrade), seria a de representação ou de objetificação desse passado. Por outro lado, o patrimônio na modalidade discursiva de Aloísio Magalhães estaria mais fixado na noção de cultura e de diversidade cultural, com ênfase em um tempo presente capaz de, por si só, se eternizar. A nação, em ambas construções discursivas, é apresentada como uma entidade dotada de coerência e continuidade. Essa coerência seria menos um dado ontológico do que o efeito daquelas estratégias narrativas.

Enquanto o trabalho de Gonçalves é centrado no estudo de categorias de pensamento, em discursos, narrativas, o trabalho de Arantes volta-se para os contextos sociais e intencionais em que as políticas de patrimônio nacionais são construídas. Arantes está interessado em desvendar as relações sociais envolvidas nesse processo de patrimonialização. Esses dois trabalhos seminais abrem caminho para que outros antropólogos se interessem pelo tema do patrimônio. Na década de 1990, duas pesquisas são especialmente relevantes. A primeira de autoria de Silvana Rubino (Unicamp), intitulada *As fachadas da história: os antecedentes, a*

criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968, apresentada como dissertação de mestrado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, em janeiro de 1991. A segunda produzida por Marisa Velloso M. Santos, *O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)*, apresentada como tese de doutorado ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, em 1992.

É preciso observar que, do final dos anos 80 até pelo menos a primeira metade dos anos 90, houve uma expressiva voga de trabalhos refletindo sobre o tema da nação. Talvez esse surto reflexivo sobre o nacional tenha sido em parte motivado pela grande quantidade de produções de historiadores e cientistas sociais franceses, por ocasião das comemorações do bicentenário da Revolução Francesa. É desse período a publicação da coletânea de textos organizados em quatro grossos volumes pelo historiador francês Pierre Nora, da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, e intitulada *Lugares de memória*. Em cada um desses volumes – três consagrados ao tema da nação e um voltado para a república –, historiadores consagrados dedicaram-se a esquadrihar o longo processo de construção do Estado-nação francês em todos os seus mais ínfimos detalhes, como o culto aos heróis, os manuais de história da França para crianças, os guias de viagem para formar os cidadãos franceses na noção de pátria e território e, claro, toda a máquina estatal que se voltou para a invenção do patrimônio francês, desde os primeiros protestos de Victor Hugo em 1832, quando ameaçavam destruir os prédios históricos e monumentais, e os primeiros projetos de Violet Le Duc, engenheiro e arquiteto francês, que iniciou todo o processo de restauração de Paris, para que a cidade conservasse para sempre sua feição eloqüente de berço dos novos ideais que passariam a reger o Ocidente.

Nas palavras de Pierre Nora, as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa incitaram o autor a tecer um inventário dos lugares onde a memória nacional na França tomou corpo e que, pela vontade dos homens ou pelo trabalho dos séculos, sobreviveram como os símbolos mais evidentes: festas, emble-

mas, monumentos e comemorações, mas também elogios, dicionários e museus. A noção de “lugares de memória” construída ao longo de três anos – de 1978 a 1981 –, em um seminário dirigido por Nora na *École*, foi um marco importante nos estudos que procuravam relacionar memória e história. No entender de Nora, os “lugares de memória” surgiram nas sociedades ocidentais modernas como fragmentos de uma memória em franco desaparecimento. A ação da história moderna calcada em uma representação linear do tempo e em uma reconstrução sempre problemática do que não mais existe, teria condenado ao fim a memória coletiva. O fato de se falar tanto em memória seria para Nora um sintoma de que esta não mais existiria, tendo sido substituída pela história. As sociedades ocidentais modernas seriam o resultado de uma mutilação sem retorno representada pelo fim das coletividades-memória, que eram as sociedades tradicionais, por excelência as sociedades camponesas, nas quais cada gesto cotidiano era vivido como uma repetição religiosa de atos extremamente significativos para a coletividade, onde havia uma identificação carnal do ato e do significado. Com certo tom nostálgico, Nora propôs-se a discorrer sobre os estilhaços ou fragmentos daquela que seria o último esforço de construção de uma memória coletiva no Ocidente, a memória nacional.

Estes lugares precisam ser compreendidos no sentido pleno do termo, do mais material e concreto, como os monumentos aos mortos e os Arquivos nacionais, ao mais abstrato e intelectualmente construído, como a noção de linhagem, de geração, ou mesmo de região e de “homem-memória”. Dos lugares institucionalmente sagrados, como Reims ou o Panteão, aos humildes manuais de nossas infâncias republicanas. Das crônicas de Saint-Dennis do século XIII, ao Tesouro da Língua Francesa, passando pelo Louvre, pela Marselhesa e a Enciclopédia Larousse. (Nora, 1984)

Essa voga de estudos dessacralizadores do ideal de nação teve talvez no campo da história sua maior repercussão, mas circulou também entre antropólogos e cientistas sociais que desenvolveram estudos reflexivos sobre os mecanismos de constituição do nacional entre nós. Afinal, se a república francesa comemo-

rava duzentos anos em 1989, no mesmo ano a república verde-amarela completava cem anos. Na perspectiva da história, é dessa época o trabalho, por exemplo, de José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*, evidenciando em minúcias o processo de elaboração dos símbolos nacionais: a bandeira, o hino, as alegorias, os monumentos (Carvalho, 1990). Por essa ocasião passava-se em revista a história da formação das nações modernas. O historiador Éric Hobsbawm publicou a *Era dos impérios*, tematizando o período que se abriu em 1870, quando, na Europa, tiveram lugar as grandes transformações que desencadearam novas relações entre os indivíduos. A partir de então, todos deviam fidelidade a um ente abstrato e distante: o Estado-nação. Outro trabalho do historiador inglês desse período foi *A invenção das tradições*, no qual propunha pesquisar sobre pequenas invenções necessárias à consolidação dos Estados nacionais, como alegorias e trajes típicos. O ensaio sobre a invenção do traje típico dos escoceses e de toda a tradição envolvida inspirou pesquisas de historiadores e antropólogos sobre o papel das identidades regionais e locais na construção dos símbolos nacionais (Hobsbawm, 1984).

Outros trabalhos de antropologia, embora não se dedicassem exatamente ao tema do patrimônio nacional, voltaram-se para o estudo da criação de muitos outros símbolos necessários à formação dos novos cidadãos. Cabe registrar o trabalho do antropólogo Ruben Geoge Oliven sobre a invenção do gaúcho, em certa parte inspirado no ensaio de Hobsbawm. Oliven utiliza a perspectiva antropológica para desvendar a maneira pela qual a tradição gaúcha foi criada com festas, datas e trajes típicos. A antropóloga Maria Eunice Maciel, do mesmo departamento de Oliven, segue trilha semelhante.

Uma outra linha de investigação que se inaugurou no período dos anos 80 e 90 foi o estudo dos museus e das práticas de colecionamento de objetos museológicos. Também em parte inspirados na voga dos estudos sobre a formação dos Estados-nações e seus símbolos, esses estudos congregaram historiadores e antropólogos. Os museus e suas coleções eram entendidos como partes expressivas dos patri-

mônios nacionais. Com relação à perspectiva antropológica de estudos de museus e práticas de colecionamento, devemos registrar que a tendência auto-reflexiva da antropologia também contribuiu para o foco nessa área. Do projeto editorial organizado por George Stocking Jr sobre a história da antropologia foi lançado em 1985 um número especial sobre museus e práticas de colecionamento na antropologia. O livro *Objects and others. Essays on museums and material culture*, terceiro volume da série, trouxe artigos sobre a estreita relação da antropologia com os museus, desde o nascimento da disciplina. Vale destacar o artigo de Ira Jacknis focalizando o trabalho de Franz Boas como curador de exposições em museus etnográficos; o artigo de Richard Handler, que se tornou clássico nos estudos do patrimônio sobre o processo de construção do patrimônio em Québec, e, por fim, o artigo de James Clifford sobre a prática de colecionamento dos objetos “dos outros” nos grandes museus e os problemas advindos desses deslocamentos dos objetos com relação a seus contextos de origem.<sup>1</sup>

Tomar os museus e as coleções de museus em uma perspectiva antropológica, procurando perceber esses lugares de memória como elementos importantes do sagrado nacional, consistiu no meu objetivo na dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS-Museu Nacional em 1990, com o título *Sangue, nobreza e política no templo dos imortais: um estudo antropológico da Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional* e publicada em livro em 1996 sob o título *A fabricação do imortal*. Nesse trabalho, tomei o Museu Histórico Nacional em seus primeiros anos, que coincidem com o período em que esteve à frente da instituição seu fundador e principal idealizador, o escritor Gustavo Barroso (1922-1959). Como estratégia metodológica para entender o significado da memória nacional que ali era construída, focalizei o processo de

1. Os títulos dos artigos são respectivamente: JACKNIS, Ira. *Franz Boas and exhibits: On the limitation of the museum method of anthropology*; HANDLER, Richard. *On having a culture: nationalism and the preservations of Québec's Patrimoine*; CLIFFORD, James. *Objects and selves – An afterword*. In: STOCKING, Jr., George W. *Objects and others. Essays on museums and material culture*. London: University of Wisconsin Press, 1985.

doação e incorporação de uma grande coleção de um político influente da Primeira República, Miguel Calmon. Utilizando como principal referência o Ensaio sobre a dádiva de Marcel Mauss e suas reflexões sobre reciprocidade, pude perceber o museu como um lugar de trocas simbólicas e rituais entre os agentes sociais que, nesses movimentos, construíam uma versão da história do Brasil e fabricavam personagens históricos. A experiência de trabalhar com uma perspectiva antropológica para entender a lógica de funcionamento de uma instituição produtora de memória foi muito rentável. Sob essa perspectiva, foi possível fazer uma leitura do museu e de suas coleções até certo ponto original. Nesse trabalho, dialoguei com a perspectiva de José Reginaldo Gonçalves, analisando, assim como ele, a construção discursiva de um fundador de uma instituição voltada para o patrimônio nacional.

No meu caso específico, de maneira diversa de Gonçalves, o objeto era um museu. Focalizar a criação e os primeiros anos de funcionamento dessa instituição foi uma estratégia deliberada de eleger para a análise os nativos do passado. Isto por dois motivos. O primeiro relacionado a uma certa tendência dos estudos do período, que consistia em fazer um inventário do campo do patrimônio com base no discurso dos fundadores. O segundo motivo deveu-se ao fato de que na época eu era funcionária do Museu Histórico Nacional, o que dificultava uma proposta de estudar a instituição em uma abordagem sincrônica. A familiaridade com colegas museólogos e historiadores não ensejava uma pesquisa das práticas de colecionamento na contemporaneidade. A perspectiva antropológica voltada para uma leitura do passado pareceu-me mais adequada como estratégia de entrada no campo. Estudar a instituição com a qual eu mantinha um vínculo empregatício colocava-me de certo modo em um lugar diferente dos meus colegas, pois produzia um distanciamento e uma relativização de suas práticas e projetos. Olhar o museu como um lugar de produção da memória e indagar sobre a modalidade de memória que ali vinha sendo elaborada, com que fins e objetivos, poderia parecer um tema até certo ponto ameaçador para aqueles que faziam da prática museológica e histórica o seu ofício, que

acreditavam na eficácia dessas instituições como produtoras de símbolos e narrativas. Falar de um lugar de fora e situar-se ao mesmo tempo dentro da instituição com seus problemas e suas vicissitudes não me parece uma tarefa simples. Na minha experiência particular, muito me auxiliou o fato de eu não atuar em cargo de direção e, de certo modo, permanecer protegida na Divisão de Estudos e Pesquisas, setor que ocupava certo lugar de retaguarda na instituição.

Mas o olhar antropológico relativizador, eu diria mesmo, dessacralizador, criou por vezes certos embaraços. Quando trabalhamos com discursos fundadores e com figuras carismáticas de pais fundadores, em quaisquer que sejam os campos, a polêmica é inevitável. Esquadriñar o pensamento de Gustavo Barroso, figura eminente no museu, a partir do qual tudo ou quase tudo ali foi gerado, representava tocar no emblema de alguns e algumas colegas de trabalho. Esse intelectual abriu um campo novo no Brasil ao tecer com colaboradores as bases para uma escola de museologia no país. A minha sorte, neste caso, é que, como toda figura emblemática, não havia unanimidade sobre sua contribuição. E o fato também de Gustavo Barroso ter adotado na política atitudes conservadoras, com passagem pelo movimento integralista, tornava-o antipático para certos segmentos. A conclusão da pesquisa trouxe elementos capazes de descortinar alguns dos pressupostos que orientaram a formação de um acervo considerado representativo de uma certa versão da história do Brasil. Todos entenderam que eu falava de um museu do passado, que não mais existia e, desse modo, minha pesquisa foi vista como uma contribuição sobre a história do museu e o pensamento de seu fundador. Em se tratando de uma dissertação de mestrado foi recebida com muito respeito, e até admiração, por meus colegas.

Na ocasião, o historiador Ulpiano T. Bezerra de Menezes, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, estava à frente do Museu Paulista da USP e propunha que os museus tematizassem suas próprias histórias e analisassem seus acervos. Ulpiano chegou a realizar uma exposição no Museu Paulista sobre a construção do próprio museu e as estratégias de definição e incorporação de seu monumental acervo ao longo da história. Essa vertente de

estudos e exposições, de certo modo anti-sacralizadoras, causaram certo espanto entre alguns museólogos e historiadores acostumados a ocultar os bastidores de suas instituições em reservas técnicas e arquivos históricos. A opção de Ulpiano foi muito debatida na época e, certamente, contribuiu para que meu trabalho fosse bem recebido no campo da museologia e da história. A partir de então, passei sistematicamente a ser convidada para simpósios de museologia, notadamente de museus históricos. Ulpiano convidou-me para escrever um ensaio nos Anais do Museu Paulista, em um número dedicado à história e à cultura material.<sup>2</sup>

A revista, que só foi publicada após sua saída da direção da instituição, em 1994, foi concebida com uma abordagem reflexiva sobre os museus históricos, seus acervos e exposições. No ensaio de abertura, o próprio Ulpiano abria os debates apresentando “um leque extremamente aberto de problemas” do museu histórico contemporâneo, sendo os principais referentes às possibilidades “de participação do museu histórico na produção do conhecimento histórico” e, “nessa perspectiva”, o funcionamento da exposição museológica (Menezes, 1994). Em linhas gerais, Ulpiano adotava uma perspectiva extremamente crítica com relação aos museus históricos, procurando exorcizar seus fantasmas como monumentos celebrativos da memória nacional. O pano de fundo dos estudos sobre museus e patrimônios do ponto de vista acadêmico era, portanto, promissor. Antropólogos, historiadores e cientistas sociais descobriam o potencial desses “lugares de memória” como conformadores de visões de mundo e contribuidores de “invenções de tradições nacionais”.

Nesse período dos anos 80 e 90, muitos dos autores citados dialogaram em diferentes momentos no Grupo de Trabalho sobre Pensamento Social Brasileiro, nas reuniões da Anpocs em Caxambu. Além dos trabalhos citados, o tema do patrimônio foi objeto de reflexão de teses e pesquisas de sociólogos e cientistas políticos. É importante destacar o trabalho de Myrian Sepúlveda dos Santos, que focalizou o tema dos museus em dissertação apresentada

em 1989 no Mestrado em Ciência Política no IUPERJ, intitulada História, tempo e memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional. Outro trabalho relevante sobre o tema do patrimônio no período focalizado é o de Cecília Londres, apresentado como tese de doutorado em Sociologia da Cultura na UnB e publicado em 1997 pela editora da UFRJ sob o título Patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Myrian Sepúlveda dos Santos preocupou-se em refletir sobre construções da história, em diferentes momentos, de dois museus históricos. Cecília Londres, pelo contrário, não refletiu sobre a história, mas adotou uma perspectiva “primordialmente histórica”, tomando como “objeto de pesquisa o processo de construção do patrimônio histórico e artístico no Brasil, considerado enquanto uma prática social produtiva, criadora de valor em diferentes direções” (Fonseca, 1997, p. 19-20). Outro trabalho de reflexão sobre o patrimônio produzido ainda nesse período é o de Marcia Chuva, também uma tese de doutorado de história apresentada na UFF. Em outro extremo do país, nesse mesmo período, na Universidade Federal de Pernambuco, Alexandre Correa finalizava uma tese de doutorado em antropologia sobre o tema do patrimônio.

A crescente produção em torno dos discursos fundadores do patrimônio no Brasil geraram um seminário no início da década de 90 intitulado Ideólogos do Patrimônio. Além disso, foram organizadas algumas mesas-redondas e seminários nas reuniões da Associação Brasileira de Antropologia para debater sobre memória, nação, patrimônio, museus, coleções. Nos anos seguintes, surpreendemo-nos com o crescente interesse na área de estudos do patrimônio. É claro que muito desse interesse se deveu ao fato de que muitos de nós mantivemos um trabalho nas universidades e fomos aos poucos introduzindo linhas de pesquisa vinculadas ao tema.

## 2.2 A abertura de cursos de pós-graduação em Memória e Patrimônio

A emergência do tema do patrimônio como objeto de reflexão nas universidades deu-se nos

2. ABREU, Regina. História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional. Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material. Jan./dez. 1994, SP, Ed. USP.

anos 90. Até então, este era um tema quase que circunscrito a instituições estatais como os museus e o Iphan. Nessas agências, formaram-se ao longo dos anos pesquisadores e profissionais que se dedicaram a refletir sobre questões da memória e do patrimônio, mas quase sempre com uma perspectiva interessada de intervenção e construção do campo propriamente dito. Muitos dos pesquisadores que se dedicaram a escrever dissertações e teses tiveram passagem, como eu, nessas instituições. Foi o diálogo com linhas de pesquisa nas universidades que permitiu, por outro lado, arejar o debate interno dos órgãos voltados para a atuação no campo do patrimônio. Essa relação entre universidades e agências estatais tem sido uma constante no meio daqueles que escrevem sobre o assunto. José Reginaldo Gonçalves, por exemplo, foi chamado inúmeras vezes para falar no Iphan sobre os “pais fundadores” do instituto e as principais políticas formuladas para a área no passado. No meu caso, participo ativamente de simpósios, mesas-redondas e publicações do Museu Histórico Nacional e de outros museus. Recentemente, em julho deste ano, fui convidada para presidir uma mesa em reunião da Associação Internacional dos Museus Históricos, no Museu Paulista, em São Paulo. Esses intercâmbios entre o pesquisador e as agências que configuraram o campo etnográfico de suas pesquisas são extremamente interessantes, mas muitas vezes provocam confusões e mal-entendidos. A perspectiva acadêmica, reflexiva, tem uma especificidade com relação ao trabalho de atuação em uma área que, independentemente das relativizações que se possam fazer, funciona como instância canonizadora, formando ícones e símbolos da memória nacional. O diálogo, portanto, tem limites e muitas vezes é difícil precisá-los. Faz parte do jogo das agências do patrimônio a consagração por meio de ações de tombamentos de bens móveis e imóveis, listas de edificações a serem preservadas ou de objetos a serem recolhidos. As políticas de memória são o resultado de dinâmicas deliberadas de lembranças e esquecimentos. Valorizar objetos, entronizar personagens no panteão de uma construção discursiva da história, restaurar um quadro, um prédio ou um bairro seguindo a opção de uma determinada época ou padrão archi-

tetônico é bem diferente de refletir sobre os mecanismos que levaram uma sociedade a valorizar aqueles objetos e não outros, ou de estudar sobre as escolhas dos quadros a serem restaurados e daqueles fadados à destruição, ou ainda observar criticamente que a restauração de um bairro ou de um complexo arquitetônico com base em determinados padrões estéticos não é suficiente para restaurar a “autenticidade original” desses espaços.

Desse modo, alguns pesquisadores que, como eu, originalmente desenvolveram seus interesses de pesquisa em museus ou agências de patrimônio perceberam a dificuldade em conciliar esses dois lugares ou práticas profissionais. No meu caso, tomei a decisão de trabalhar na universidade, prestando concurso no final dos anos 90 para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, onde ingressei em uma pós-graduação em memória social que ali havia sido criada por um grupo de historiadores. A perspectiva interdisciplinar do curso me atraiu. Além do mais, eu não via, na ocasião, um interesse em estudos de memória e patrimônio nos Departamentos de Antropologia das universidades no Rio de Janeiro. Desse modo, a Unirio me pareceu uma boa opção. Cabe observar que o Centro de Ciências Humanas dessa universidade reúne algumas faculdades singulares no panorama das universidades no Rio de Janeiro, a saber, de Museologia, de Biblioteconomia e de Arquivologia, além de contar com uma Faculdade de História. Atuar nessas faculdades teve para mim um certo sabor de ser uma antropóloga fora do lugar, ou seja, de não contribuir diretamente para a formação de antropólogos ou cientistas sociais, que é, em geral, parte importante do trabalho dos antropólogos nas universidades. Mas esse trabalho abriu também para mim uma perspectiva de exercitar o olhar antropológico na qualificação do profissional que atua em áreas de gestão da memória e patrimônio.

Particularmente no curso de pós-graduação tem sido possível propor um trabalho reflexivo para alunos que são também profissionais da área. Esse procedimento tem servido como elemento propulsor de levantamento de questões que certamente vêm fazendo com que os profissionais enxerguem a inserção nas insti-



tuições em que atuam sob novos ângulos. Trabalhar com museólogos, historiadores, arquivistas, bibliotecários, sociólogos, que são também técnicos de instituições como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu do Índio, o Museu Nacional, o Museu da Imagem e do Som, fazê-los dialogar entre si nos cursos, tem sido uma experiência enriquecedora. Ao mesmo tempo, permite uma certa liberdade para levar adiante minhas próprias pesquisas, sem obrigatoriamente ter de me dedicar a atividades que outrora me envolviam quando funcionária do Museu Histórico Nacional ou em minha passagem pelo Iphan e pela Coordenação de Folclore e Cultura Popular do MinC, tais como realização de exposições museológicas e pareceres técnicos.

Outros grupos de pesquisa sobre patrimônio, memória, museus e práticas de colecionamento foram sendo criados nos anos 90. No IFCS/UFRJ, meu colega José Reginaldo Gonçalves vem trabalhando há alguns anos com essa temática, especialmente orientando alunos da pós-graduação em Antropologia. Em Goiânia, na Universidade Católica de Goiás, foi criado, por iniciativa do antropólogo Manuel Ferreira Lima Filho, um mestrado profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural. Esse mestrado conta desde o início com a colaboração de Roque de Barros Laraia e é voltado para a profissionalização de gestores de cultura naquela localidade. Além disso, podemos registrar alguns pólos importantes liderados por antropólogos. É o caso da Universidade Federal do Maranhão, com Alexandre Corrêa, da Universidade Federal do Pará, com Jane Maria Beltrão; do Museu Goeldi, com Priscila Faulhaber; da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com Julie Caviganc, e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com Ruben Georges Oliven e Maria Eunice Maciel. Recentemente, o mestrado profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais criado no CPDOC veio engrossar a fileira dos cursos voltados para o tema do patrimônio, atuando de forma interdisciplinar e direcionado para um público amplo de profissionais da área da cultura.<sup>3</sup>

Esse trabalho nas universidades, principalmente nos programas de pós-graduação, vem gerando um número crescente de dissertações

e teses e alimentando debates, simpósios e mesas-redondas em todo o país. De tema marginal ou menor nos estudos antropológicos, os estudos de memória, patrimônio e cultura material vêm ganhando visibilidade e inserindo-se no movimento contemporâneo de uma antropologia voltada para pensar a sociedade do observador ou, para usar a expressão de Marisa Peirano, de uma antropologia na qual a construção da alteridade é próxima, senão mínima. Este é um campo sem dúvida de interseção entre antropólogos e "outros", dos mais variados lugares e tendências. Campo que se movimenta na confluência entre a academia e as agências de governo, instituições, ONGs e movimentos sociais, entre pesquisas reflexivas e paixões desenfreadas que fazem do patrimônio uma "causa" e uma "bandeira de luta". Esses dois campos interpenetram-se e os limites dessas interferências mútuas são construídos caso a caso.

### 3 O campo da intervenção: a política do patrimônio intangível e a convocação de antropólogos

Se, de um lado, temos um movimento crescente nas universidades, novos debates nacionais e internacionais vêm colocando o tema do patrimônio na ordem do dia das políticas públicas no Brasil e no exterior. Particularmente os antropólogos vêm sendo convocados diante de mudanças significativas nas formulações de políticas do patrimônio, principalmente com o fomento ao chamado patrimônio intangível. Não é por acaso que hoje, pela primeira vez na história do Iphan, um antropólogo ocupa a presidência da instituição. Vale a pena discorrer sobre alguns aspectos dessa conjuntura que afeta diretamente

3. No site do referido mestrado são assim definidos seus objetivos: "O Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais pretende qualificar profissionalmente aqueles que, tendo concluído o curso de graduação, atuem ou queiram atuar no planejamento, elaboração, desenvolvimento, gestão, assessoramento, difusão, acompanhamento ou avaliação de atividades e propostas voltadas para bens culturais – como acervos, patrimônio, centros de memória e de cultura, exposições e eventos – ou para projetos sociais – em especial aqueles que tomam a cultura como via privilegiada para o desenvolvimento da cidadania e para a redução da exclusão social".

os antropólogos, trazendo novos desafios e possibilidades.

A participação dos antropólogos nas instituições de patrimônio era pequena até bem pouco tempo atrás. No Brasil, na instituição mais representativa, o Iphan, há que se ressaltar a participação de Gilberto Velho no Conselho do Patrimônio, órgão renomado e de grande credibilidade no setor. A política hegemônica do Iphan, de sua fundação até final dos anos 90, privilegiou os tombamentos e a preservação de edificações em “pedra e cal”, de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, bem como a proteção a bens móveis e imóveis considerados de relevo para a nação brasileira, seja por expressivas características arquitetônicas, artísticas ou históricas. Tornou-se já um relato mítico para os que contam a história da instituição mencionar as diferenças entre o anteprojeto de Mário de Andrade, esboçado em 1936, e a versão final do Decreto-lei nº 25, que instituiu e criou a instituição. De acordo com uma certa corrente de pesquisadores mais simpáticos à visão de Mário de Andrade, seu anteprojeto conteria uma versão mais culturalista e antropológica, privilegiando uma noção de patrimônio que enfatizava os aspectos mais intangíveis da cultura, como manifestações diversas da cultura popular. A proposta vencedora, protagonizada na figura de Rodrigo Mello Franco de Andrade, tenderia a privilegiar os aspectos materiais do patrimônio.

Evidentemente, esse relato mítico da proposta vencida de Mário de Andrade, na disputa com Rodrigo Mello Franco de Andrade, serve para legitimar a visão de um grupo de gestores do patrimônio que manteve uma oposição ao poder hegemônico no campo, formado em grande parte por arquitetos, e que privilegiou ações de preservação de cunho material pautadas em critérios históricos e artísticos. As ações mais contundentes do órgão, com repercussões em esferas regionais e locais de preservação e construção da memória no país, consistiram em tombamentos de grandes monumentos, exemplarmente ilustrados pelas igrejas barrocas de Ouro Preto. A breve passagem do designer Aloísio Magalhães pela instituição trouxe algumas idéias novas, com a criação do Centro Nacional de Referências Culturais e a transformação, por um certo período, da instituição

de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para Fundação Nacional Pró-Memória. Aloísio Magalhães adotava uma perspectiva mais culturalista do patrimônio e formou um grupo de colaboradores que faziam uma crítica velada ao que eles consideravam um certo elitismo da proposta até então hegemônica encarnada por Rodrigo. A visão desse grupo era a de que a nação incluía diferentes culturas que deveriam ter seus patrimônios representados em uma instituição voltada para esse fim. Essas diferentes culturas eram expressas em suportes diversos e não apenas os arquitetônicos, que acabaram constituindo o grande elenco de bens preservados.

A morte prematura de Aloísio Magalhães e o acirramento de disputas internas no órgão impediram que vingasse uma proposta culturalista do patrimônio, permanecendo a visão até então hegemônica. Entretanto, alguns esforços isolados continuaram a ser implementados. Um dos momentos de destaque dessa disputa consistiu na luta pelo tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca na Bahia, onde havia uma árvore sagrada que também deveria ser preservada. Amplo debate processou-se, envolvendo antropólogos, arquitetos e historiadores, que escreveram artigos para um número da Revista do Patrimônio. Arquitetos acostumados com tombamentos de bens móveis e imóveis e não exatamente um local sagrado com as características de um terreiro de candomblé expressaram certa perplexidade com relação ao papel do Estado no caso de um tombamento com aquelas características. Além do mais, levantavam objeções relativas à fiscalização por parte de um organismo estatal de um espaço cósmico, controlado em última instância pelos desígnios do sobrenatural. E se os santos decidissem que o terreiro deveria migrar para outro local? O terreiro deveria ser destombado? Em suma, o terreiro foi tombado, mas a polêmica em torno do caso tornou-se um emblema da contenda entre duas visões de patrimônio.

Durante a passagem de Fernando Collor pelo governo, a instituição, seguindo os mesmos desígnios de outros setores da cultura no país, sofreu um desmonte, com demissões de funcionários, falta de verbas e de uma política clara

para o setor. A instituição mudou de nome e passou a se chamar Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, em um sinal evidente que a tendência culturalista continuava a se insinuar em oposição à vertente histórica e artística.

Nos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, intelectuais e profissionais do campo insistiram que a instituição deveria retomar sua sigla original, com a qual ganhou credibilidade nacional e internacional. Desse modo, a instituição passou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nome que permanece até hoje. Mas, apesar de a instituição manter no nome a referência ao "histórico e artístico nacional" e não ao "cultural", um movimento novo começou a se insinuar, em grande parte em virtude de novos posicionamentos de organismos internacionais. É importante frisar que, durante os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, novos organismos internacionais foram criados, como a Unesco, e certos debates, como é o caso dos relativos ao tema do patrimônio, passaram a ser regidos também em consequência de reflexões de ordem internacional. Nos anos 90, começaram a surgir com intensidade preocupações relativas ao que os documentos da Unesco chamavam de "culturas tradicionais". Por um lado, levantava-se o temor do desaparecimento dessas culturas em face da mundialização das culturas que tenderiam a homogeneizar e ocidentalizar o planeta. Por outro lado, eram manifestadas preocupações de que os produtores dessas "culturas tradicionais" viessem a ser saqueados por novas modalidades de pirataria na dinâmica do capitalismo globalizado. Conhecimentos tradicionais necessários à manipulação de ervas medicinais, músicas folclóricas, danças tradicionais e outras manifestações dessas culturas ter-se-iam convertido em fontes cobiçadas por um mercado cada vez mais ávido por objetos raros e exóticos.

Novas questões eram levantadas: como salvar essas "culturas tradicionais"? Como munir seus produtores de mecanismos de proteção contra a apropriação de seus acervos de "conhecimentos tradicionais" por parte de um mercado que se globaliza? Em um mundo organizado por patentes, como regular direitos sobre a propriedade intelectual de criações

coletivas ou de autoria desconhecida expressa em músicas, rituais, folguedos e manifestações culturais diversas? Como regulamentar juridicamente os direitos relativos aos "conhecimentos tradicionais", uma vez que não há legislação sobre direitos coletivos? Como proteger comunidades que atualizam antigas tradições, tendo em vista que o mercado expande suas fronteiras, delas se apropriando? Em outras palavras, quando uma empresa utiliza padrões gráficos de uma etnia indígena, transformando-os em padrões industriais de tecidos ou quaisquer outros suportes, seria correto ignorar as populações que criaram esses padrões? Na lógica do capitalismo industrial, não seriam elas as inventoras dos respectivos padrões e, portanto, detentoras legítimas do direito de patente sobre todas e quaisquer utilizações futuras desses bens? O mesmo raciocínio não poderia se aplicar a "conhecimentos tradicionais" sobre plantas e ervas medicinais, performances e rituais, técnicas específicas de confecção de instrumentos ou equipamentos e assim por diante? Como adaptar o mecanismo das patentes criadas durante a fase do capitalismo industrial e relacionadas a invenções individuais para um direito de propriedade intelectual coletiva? As sociedades produtoras de "culturas tradicionais" deveriam aderir ao mecanismo das patentes? Haveria como aboli-las?

Estes têm sido alguns temas presentes nos debates promovidos pela Unesco, dos quais participam representantes de diferentes nações. Em um documento produzido nos anos 90, sob o título "Recomendações para a proteção e salvaguarda de manifestações culturais tradicionais", a Unesco fazia algumas propostas aos países membros da organização. Como antídoto a problemas tão graves, propunha-se que os países membros adotassem algumas medidas, entre elas novas políticas de patrimônio capazes de proteger as chamadas "culturas tradicionais". Especificamente um desses documentos propunha que os países seguissem a inspiração japonesa de proteger o "conhecimento tradicional", as habilidades específicas que são passadas de gerações a gerações de forma ritualizada e por meio de mecanismos próprios. Observava-se que, no caso japonês, a proteção ao patrimônio não se faz priorizando os resul-

tados ou produtos de técnicas de construção ou de conhecimentos ancestrais, mas que, pelo contrário, se valoriza o processo do fazer. Desse modo, se um prédio é considerado importante para a cultura japonesa, de tempos em tempos promove-se ritualmente uma desconstrução desse prédio e sua reconstrução. A proteção mais adequada, segundo essa concepção, baseia-se na valorização do processo e não no resultado final. Por outro lado, o documento da Unesco chamava a atenção para a importância de proteger, no caso das "culturas tradicionais", os "mestres" considerados "patrimônios vivos" de conhecimentos muitas vezes não documentados por meio da escrita. Dizia o texto: "Em sociedades tradicionais, quando morre um ancião toda uma biblioteca se queima e se perde para sempre".

Era evidente o surgimento de um dado novo no campo do patrimônio. Se, nos primeiros anos de constituição dos patrimônios nacionais, predominava uma retórica que lastimava a perda de um mundo constituído de prédios e edificações que davam lugar a novos ícones das modernas sociedades urbano-industriais, se nesses anos era preciso salvar algo que testemunhasse momentos da longa trajetória de construção da civilização ocidental, no final dos anos 90, discutia-se um outro sentido para uma mesma retórica da perda. Lastimava-se agora o desaparecimento daqueles que constituíam os "outros" do mundo civilizado, "outros" que expressavam culturas exóticas que teriam sobrevivido a diversas fases do capitalismo, mas que, com a globalização, estariam irremediavelmente fadados à dissolução.

As propostas salvacionistas da Unesco tiveram boa repercussão no Brasil entre gestores do patrimônio, entre eles os segmentos da vertente culturalista do Iphan e também de outras agências do Ministério da Cultura. Reuniões foram realizadas, entre elas uma em Fortaleza que congregou técnicos de várias agências governamentais, quando foi proposta a formulação de uma política voltada para o patrimônio intangível. Uma das instituições que aderiu de imediato foi a então Coordenação de Folclore e Cultura Popular, ligada à Funarte, instituição herdeira da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, atuante desde os anos 50, e

que tinha longa experiência com pesquisa em folclore e cultura popular. Das instituições do Ministério da Cultura, era esta uma das que congregava maior número de antropólogos. Concomitantemente, por ocasião dos festejos dos quinhentos anos do Descobrimento do Brasil, o Ministério da Cultura propôs a Antonio Augusto Arantes a criação de uma metodologia de inventário das manifestações culturais na região do sul da Bahia, onde havia um projeto de criação de um "Museu Aberto do Descobrimento". Gestores do patrimônio interessados na nova política do patrimônio intangível articularam-se no projeto de criação de um programa de ação voltado para o patrimônio intangível no Brasil e, em 4 de agosto de 2000, foi promulgado o Decreto n. 3551, instituindo "o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial".

A proposta do registro significou essencialmente a criação de um selo distintivo oficial para os chamados "bens culturais de natureza imaterial". Evidentemente que, como todo o processo de patrimonialização, essa proposta inclui a idéia de seleção, de construção de um acervo digno de ser memorializado em oposição a um outro conjunto de bens culturais que devem ser relegados ao esquecimento. A dinâmica patrimonial implica práticas de colecionamento e a prática do registro pode ser comparada à do tombamento, na qual são necessários critérios que possibilitem escolhas daquilo que deverá ser preservado.

Para o registro dos bens culturais de natureza imaterial, foram criados quatro livros: o Livro do Registro dos Saberes (para o registro de conhecimentos e modos de fazer); o Livro das Celebrações (para as festas, os rituais e os folguedos); o Livro das Formas de Expressão (para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e o Livro dos Lugares (destinado à inscrição de espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas).

Prevê-se, então, que alguns "bens culturais" devam ser registrados nesses livros e que, como manifestações culturais vivas, eles sejam acompanhados pelos agentes do patrimônio e tenham suas transformações documentadas.

Nas palavras da atual diretora do Departamento do Patrimônio do Iphan, a arquiteta Marcia Sant'Anna,

o registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações em suas diferentes versões, tornando tais informações amplamente acessíveis ao público. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode "preservá-los". Como processos culturais dinâmicos, as referidas manifestações implicam uma concepção de preservação diversa daquela prática ocidental, não podendo ser fundada em seus conceitos de permanência e autenticidade. Os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não cabe nesses conceitos, sendo mais importante, nesses casos, registro e documentação do que intervenção, restauração e conservação. (Sant'Anna, 2003)

Paralelamente ao instrumento do registro, o Iphan criou, em parte com as contribuições do projeto piloto desenvolvido por Antonio Augusto Arantes no sul da Bahia, uma metodologia de inventário que gerou uma proposta de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), instrumento para subsidiar as ações de registro e realizar um recenseamento amplo das manifestações culturais no país. Ana Gita de Oliveira, antropóloga e técnica do Iphan, chama a atenção para o fato de que, a partir de 1995,

o Iphan começou a sistematizar os diversos modelos de inventários existentes até então e, pela primeira vez, arriscar a difícil tarefa de organizar um inventário que fosse adequado à natureza do patrimônio imaterial [...]. Entre os anos de 1997 e 2000, tendo como fonte de inspiração as experiências realizadas na Fundação Pró-Memória e no desenvolvimento de três experiências de inventários de referências culturais, no Serro/MG, em Diamantina/MG e na cidade de Goiás/GO, se começou a estruturar um modelo de Inventário [...]. (Oliveira, 2004)

A metodologia de inventário sistematizada pelo Iphan começou a ser posta em prática por

alguns técnicos das agências governamentais, entre eles os técnicos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), sob a coordenação da antropóloga Leticia Vianna. Essa experiência merece ser registrada pois vem abrindo um importante mercado de trabalho para antropólogos. No caso do projeto do CNFCP, há uma equipe fixa e diversos consultores relacionados a temas específicos que foram selecionados para serem inventariados:

as diferentes celebrações relacionadas ao complexo cultural do boi, os diferentes modos de fazer relacionados ao artesanato em barro; as diferentes formas de expressão e modos de fazer relacionados à musicalidade das violas e percussões; os diferentes modos de fazer relacionados aos sistemas culinários a partir dos elementos mandioca e feijão. (Vianna, 2004)

A maior parte dos envolvidos nessas pesquisas são antropólogos ou estudantes de antropologia em fase de mestrado ou doutorado recrutados em cursos de pós-graduação, que estão envolvidos com teses sobre temas correlatos. O objetivo das pesquisas é duplo: tecer um inventário dessas manifestações culturais, escolhidas em parte por retratar certa tradição de estudos da instituição, e preparar dossiês para possíveis registros dentro do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

Concomitantemente aos inventários, o mote dos "registros" de manifestações culturais que passariam a ser distinguidas com um selo do Ministério da Cultura vem desencadeando ampla mobilização de profissionais da cultura e agentes sociais em organismos estatais, ONGs e instituições culturais. Com o início da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, houve um incentivo muito grande para que o Programa do Patrimônio Imaterial entrasse em vigor, inclusive com editais de concursos de financiamentos com apoio da Petrobras para pesquisas nessa área. Pode-se falar em uma verdadeira corrida de pesquisadores, principalmente de antropólogos, que se sentiram estimulados a organizar dossiês de pesquisas sobre as manifestações culturais relacionadas aos grupos de seus interesses de pesquisa.

Para que uma manifestação cultural concorra ao registro, é necessário um amplo dossiê

com pesquisas consistentes, descrições detalhadas e justificativas sobre as razões dos pedidos de registro. Evidentemente que, para essa atividade específica, os antropólogos reúnem os atributos necessários. O que vem ocorrendo é que antropólogos com maiores informações e condições materiais de realizar tais dossiês levam vantagem em uma certa concorrência para definir que bens culturais serão registrados e receberão o título de “patrimônios culturais do Brasil”. Os primeiros casos de “registros de bens culturais” exemplificam esse processo.

O caso do primeiro bem cultural indígena registrado no Livro dos Saberes do patrimônio imaterial é emblemático. Trata-se do registro da arte kusiwa – pintura corporal e arte gráfica wajãpi, ou seja, de índios habitantes do Amapá e estudados pela antropóloga Dominique Gallois, do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP. Apoiada pelo Museu do Índio, por ocasião da elaboração de uma exposição dessa etnia no museu, Dominique Gallois organizou um vasto dossiê, resultado de mais de quinze anos de pesquisa, e o encaminhou, junto com o diretor do Museu do Índio, o também antropólogo José Carlos Levinho, ao Iphan, solicitando o registro do kusiwa como patrimônio cultural do Brasil, dentro do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Em um certo sentido, pode-se dizer que, por uma série de motivos, entre eles a agilidade e o trabalho anterior acumulado, Dominique Gallois chegou na frente no pedido de registro para a arte gráfica do grupo que estuda e, em 20 de dezembro de 2002, o kusiwa foi registrado como patrimônio cultural do Brasil. Evidentemente que injunções políticas também concorreram para que esse bem cultural recebesse o selo de patrimônio oficial pelo governo federal. Na ocasião, o presidente Fernando Henrique Cardoso encerrava sua gestão e era interessante que o governo mostrasse resultados e a então gestão do Iphan tornasse visível a política que naquele governo começara a adotar.

Com senso de oportunidade e uma pesquisa consolidada sobre os wajãpi, o Museu do Índio, as lideranças indígenas wajãpi e a antropóloga Dominique Gallois emplacaram o registro da bela arte gráfica wajãpi. Entretanto, como assinalou Luiz Fernando Duarte, na época integrante do Conselho do Patrimônio, órgão

responsável pela decisão final de tombamentos e registros, o que significa dar um selo oficial de reconhecimento a uma manifestação cultural se o país é feito de muitas manifestações culturais, todas igualmente significativas para os grupos que a produzem e que por ela são produzidos?

É papel dos antropólogos hierarquizar as culturas? Os antropólogos nos Conselhos de Patrimônio ou nas agências governamentais podem selecionar algumas manifestações culturais em detrimento de outras? Como patrimonializar as diferenças sem trair o próprio conceito de diferença? Como criar coleções de manifestações culturais dignas de representar a nação brasileira, sabendo que, no mesmo movimento, estamos também praticando o descolecionamento, ou seja, criando coleções de manifestações culturais “indignas” de representar a nação brasileira? Cabe ao antropólogo esse papel de certificador das culturas? Quais os significados para o trabalho antropológico quando atuamos como mediadores entre culturas específicas e singulares e agências do governo federal que retiram delas fragmentos para metaforizar uma outra totalidade, a nação – totalidade que vem sendo construída por agentes especialmente treinados do aparelho de Estado? Como integrar o aparelho de Estado, sem perder de vista a premissa básica e fundante de toda a antropologia, que é trabalhar com a diferença e buscar traduzi-la sem hierarquizações e etnocentrismos? Como lidar com nossos próprios valores, gostos, idiosincrasias, quando temos diante de nós o poder de certificá-los em detrimento de outros? Por outro lado, como deixar de aproveitar oportunidades de certificar culturas que são nossos próprios objetos de estudo, uma vez que sabemos que elas podem ser boas estratégias para a auto-afirmação e a construção da auto-estima desses grupos? Como fazer isso sem estimular a guerra das culturas em um planeta onde a noção de diversidade cultural vem ganhando o significado do multiculturalismo, ou seja, de culturas fechadas como mônadas ou totalidades que, em muitos casos, perdem quaisquer referências ao objetivo do entendimento humano? Ainda refletindo sobre o caso do grafismo wajãpi e sem tirar o mérito e a beleza dessa arte gráfica, como proceder diante de todas as demais artes gráficas das etnias

indígenas no Brasil, uma vez que todas elas produzem artes gráficas igualmente belas e culturalmente significativas? Não estaríamos também correndo o risco de engessar as manifestações culturais, congelando-as com base na imagem cristalizada no registro?

### Conclusão

Estas são algumas questões sobre as quais os antropólogos do patrimônio devem refletir nos próximos anos. Não são questões de fácil resposta. É preciso ter em mente que, se hoje abre-se um mercado extraordinário para a antropologia com as novas demandas do campo do patrimônio, não devemos nele nos inserir sem crítica e atitude reflexiva. Afinal, o que notabilizou a disciplina durante praticamente um século de atividades foi exatamente um certo olhar ao mesmo tempo complacente e relativizador diante das criações humanas. Paraphrasing Lévi-Strauss em um texto clássico sobre a diversidade das culturas, eu ainda partilharia do ponto de vista de que a diversidade da culturas humanas está diante de nós e atrás de nós e uma das exigências que deveríamos fazer valer a esse respeito é que o registro da contribuição de cada uma seja apenas mais uma lembrança da generosidade das outras para esse grande acervo da contribuição humana à plasticidade da vida do planeta (Lévi Strauss, 1970).

---

Abstract: The number of anthropologists investigating the field of cultural heritage is growing. These researchers have contributed to accurate analysis about questions of values and their attributes in the social context. It is supposed that cultural goods as cultural heritage have a strong symbolic content, capable to express and/or represent nations, regions, ethnies and social groups. On the other side, the fact that the field of heritage became a field of intervention brings often different interests and demands to the reflexive perspective of anthropologists. We can scrutinize current trends and tendencies between the anthropologists who research, reflect and work with heritage and the anthropologists who see themselves as active agents of heritage. In the recent years, the tensions and/or interactions between reflexive activities and practical activities have won new features in both national and international contexts, especially with the implementation to inventory and registry of the so-called intangible

heritage. Particularly in this field, the anthropologists have hardly assumed to establish criterions and develop methodologies capable to enlarge the heritage process of cultural diversities. This article aims to scrutinize the different positions of anthropologists investigating heritage and then to discuss the tensions and/or articulations among the diverse sets of reflexive and/or practical procedures.

Key-words: heritage; anthropology; social memory.

### Referências

- ABREU, Regina. A fabricação do imortal – memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Rocco/Lapa, 1996.
- \_\_\_\_\_. História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional. Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material. Jan./dez. 1994, SP, USP.
- \_\_\_\_\_. Síndrome de museus. Encontros e Estudos 2, Funarte, MinC, 1996.
- ANDERSON, Benedict. Imagined communities. Norfolk: Thetford Press, 1987.
- ARANTES, A. A. Produzindo o passado. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAGAS, M. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Cadernos de Sociomuseologia, n. 13, Lisboa, ULHT, 1999.
- CLIFFORD, James. Colecionando arte e cultura. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995.
- \_\_\_\_\_. Museologia e contra-história. Viagens pela Costa Noroeste. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio. Rio de Janeiro: Ed. DPA, 2003
- CHUVA, Márcia. Os arquitetos do patrimônio. [Mimeo.]
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Minc-Iphan, 1997.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais. Estudos Históricos, n. 2, 1988.
- \_\_\_\_\_. O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural no Brasil. In: Ideólogos do patrimônio cultural. Rio de Janeiro: IBPC, 1991.

\_\_\_\_\_. Retórica da perda. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: COMAS, Juan et al. (Orgs.) Raça e ciência I. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material. Jan./dez. 1994, SP, Ed. USP.

NORA, P. Mémoire et histoire – la problematique des lieux. Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio, Rio de Janeiro: Ed. DPA, 2003.

OLIVEIRA, Ana Gita de. Diversidade cultural como categoria organizadora de políticas públicas. In: TEIXEIRA, João Gabriel et al. Patrimônio imaterial,

performance cultural e (re)tradicionalização. Brasília: Transe/Ceam, 2004.

SANTOS, Myrian S. dos. História, tempo e memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, 1989. Dissertação (Mestrado) – IUPERJ.

\_\_\_\_\_. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. RCBS, n. 23, p. 71-84, out. 1993.

SCHWARCZ, Lilia K.M. O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. In: MICELI, Sérgio (Org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Finep/Vértice, 1989, v. I.

\_\_\_\_\_. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

STOCKING, Jr., George W. Objects and others. Essays on museums and material culture. London: University of Wisconsin Press, 1985.

VIANNA, Letícia. Pluralidade cultural e identidade nacional: experiências recentes de políticas no Brasil. In: TEIXEIRA, João Gabriel et al. Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização. Brasília: Transe/Ceam, 2004.